

Saúde O despertar do gigante adormecido

As chamadas reformas estruturais são indispensáveis e inadiáveis. Não é simplesmente uma questão de sobrevivência do Plano Real, restrita, portanto, ao reequilíbrio das contas públicas. Muito menos um desdobramento da chamada "crise da Ásia". É muito mais do que isso: trata-se da necessária e algo tardia adaptação da sociedade brasileira a

um novo contexto econômico e social, em que se modificou substancialmente o relacionamento entre Estado e cidadão.

De fato, uma observação um pouco mais atenta de nossas instituições revela profundo anacronismo e obsolescência. O gigante adormecido demora a acordar para as novas realidades. O Estado brasileiro deixou, há muito, de estar em sintonia com a própria sociedade em que se insere.

Na área econômica, apesar de alguns progressos, há fortes resquícios do Estado nacional-desenvolvimentista das décadas de 40-50: o BNDES, o Banco do Brasil e a Petrobrás são apenas alguns dos testemunhos vivos desse fato. Na chamada área social, a situação é ainda mais dramática. Por exemplo, na área trabalhista e previdenciária, temos ainda o modelo instituído pelo Estado Novo praticamente intocado — o Estado paternalista e intervencionista, que tutela o cidadão e concede

privilégios, com um marcante viés autoritário.

Na saúde, mudou-se muito. Infelizmente, para pior. O velho modelo de atenção, segmentado por classes — notoriamente ineficiente e injusto —, cedeu lugar a um universalismo irresponsável, em que, sob a bandeira do igualitarismo, praticamente se destruiu qualquer coisa que possa ser qualificada de sistema de

saúde. Sob o pretexto de dar maior participação à comunidade no processo decisório, criou-se um sistema dominado pelo corporativismo do baixo clero, infiltrado pela politicagem, no qual o que parece menos importar é justamente a saúde daque-

les que deveria atender. Sob o argumento de evitar o centralismo dos antigos IAPs e depois do Inamps, trilhou-se o caminho da descentralização caótica.

Diante desse quadro, é preciso antes de mais nada entender que não existe "a reforma" da Previdência, da legislação trabalhista ou da saúde, mas um processo contínuo e incremental de reformas. É também ilusório pensar que tudo se dará da noite para o dia: o processo, como tal, envolve conscientização dos atores sociais, bem como profundas e complexas interações e negociações entre estes, até que cada decisão seja tomada. O que poderia ser tomado como lentidão ou falta de coerência é próprio do jogo democrático e leva tempo. Sem dúvida, o processo é penoso, desgastante e pontilhado de avanços e retrocessos — mas ainda é o melhor, se não o único meio de promover as mu-

danças requeridas.

Na saúde foi dado o primeiro passo de uma longa caminhada. Finalmente um ministro da pasta teve a coragem de levar a público o fato de que os problemas não se resumem à escassez de recursos. Finalmente, o responsável pela área abandonou a atitude do avestruz, que oculta a cabeça, sob o argumento fácil de "mais verbas para a saúde", enquanto deixa exposto o restante das óbvias vulnerabilidades desse animal exótico denominado SUS. Finalmente, parece que houve a conscientização de algo que o público de há muito já percebeu: discurso ideológico e palavras de ordem, mesmo quando inscritas na Constituição, não resolvem os problemas de saúde do País.

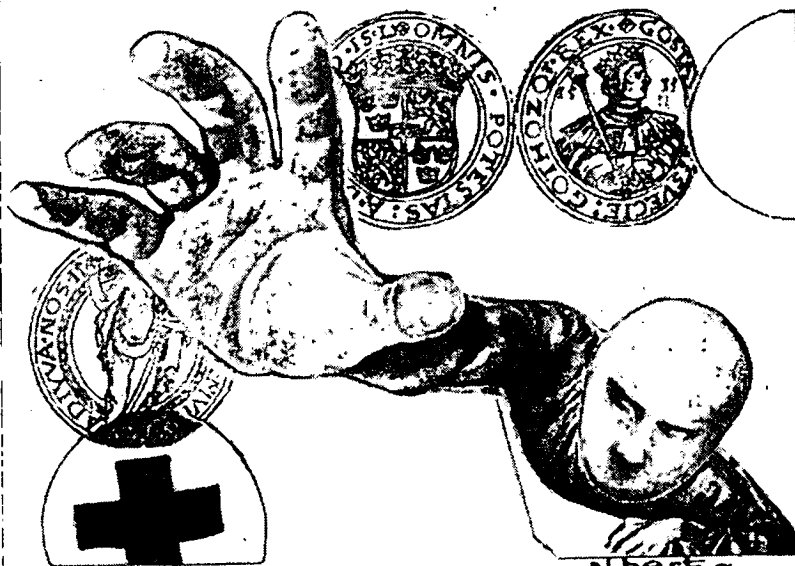
Há muito a corrigir, talvez começando por desmontar as várias "igrejinhas" a que se refere o ministro. O que está em questão é o próprio modelo de saúde, a forma como o Estado e o cidadão se relacionam no contexto da provisão dos serviços de saúde. O sistema não precisa de ações cosméticas, que não vão além de melhorar sua face visível. Precisa é de intervenções profundas ou talvez mesmo de um modelo substitutivo.

Como foi dito, esse processo talvez venha a requerer algum tempo e múltiplas "cirurgias". Embora o paciente esteja em situação muito grave, ainda está em tempo de iniciar a recuperação. Quanto antes, melhor. Bravo, ministro, não desanime!

■ Francisco Eduardo Barreto de Oliveira é pesquisador do Ipea



O Estado brasileiro deixou, há muito, de estar em sintonia com a sociedade



20 FEV 1998

ESTADO DE SÃO PAULO